

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	408.097
Preferenciais	0
Total	408.097
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.051.303	1.048.860
1.01	Ativo Circulante	123.566	155.763
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.181	4.386
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.433	17.205
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.433	17.205
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	6.433	17.205
1.01.03	Contas a Receber	91.868	104.024
1.01.03.01	Clientes	91.868	104.024
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec a Faturar	107.530	122.045
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-12.004	-11.692
1.01.03.01.03	Provisão Para Devedores Duvidosos	-3.658	-6.329
1.01.04	Estoques	13.200	16.134
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.295	5.059
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.295	5.059
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.446	8.839
1.01.07.01	Antecipações Salariais	4.968	8.230
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	478	609
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	143	116
1.01.08.03	Outros	143	116
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	143	116
1.02	Ativo Não Circulante	927.737	893.097
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.785	37.711
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.118	4.324
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.118	4.324
1.02.01.03	Contas a Receber	20.665	19.435
1.02.01.03.01	Clientes	20.665	19.435
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.060	4.028
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.060	4.028
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	425	439
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.517	9.485
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	4.737	4.883
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Compensar	4.780	4.602
1.02.02	Investimentos	231	230
1.02.02.01	Participações Societárias	231	230
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	231	230
1.02.03	Imobilizado	861.942	827.019
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	574.632	571.307
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	45.519	47.628
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	241.791	208.084
1.02.04	Intangível	28.779	28.137
1.02.04.01	Intangíveis	28.779	28.137

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.051.303	1.048.860
2.01	Passivo Circulante	219.893	202.904
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.395	42.592
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.942	18.598
2.01.01.01.01	INSS	16.715	16.894
2.01.01.01.02	FGTS	1.227	1.704
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.453	23.994
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	112	230
2.01.01.02.02	Férias	25.419	23.764
2.01.01.02.03	Décimo Terceiro Salário	9.922	0
2.01.02	Fornecedores	32.703	37.350
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.703	37.350
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.927	18.632
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.227	17.711
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.620	4.620
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	3.224	4.355
2.01.03.01.03	Cofins	9.321	6.936
2.01.03.01.04	Pasep	2.021	1.504
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	790	0
2.01.03.01.06	Cofins de Terceiros	162	191
2.01.03.01.07	Pis de Terceiros	35	41
2.01.03.01.08	Contribuição Social sobre Terceiros	54	64
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	0
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	2	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	698	921
2.01.03.03.01	FUNDAP	482	465
2.01.03.03.02	ISS sobre Terceiros	215	456
2.01.03.03.03	ISS	1	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.615	81.556
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	98.001	80.005
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	98.001	80.005
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.614	1.551
2.01.05	Outras Obrigações	9.819	10.102
2.01.05.02	Outros	9.819	10.102
2.01.05.02.04	Títulos a Pagar - Irmandade	0	146
2.01.05.02.05	Adiantamento de Receita	959	1.012
2.01.05.02.06	Consignados a Recolher	1.796	1.620
2.01.05.02.07	Cauções e Valores em Garantia	837	756
2.01.05.02.08	Retenções Processos Trabalhistas	457	456
2.01.05.02.09	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	139	114
2.01.05.02.10	Subvenções Governamentais	4.993	4.917
2.01.05.02.11	Processos Julgados	84	311
2.01.05.02.12	Outras Contas a Pagar	554	770
2.01.06	Provisões	3.434	12.672
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.434	12.672

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	3.434	12.672
2.02	Passivo Não Circulante	475.040	452.199
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	222.669	234.960
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	170.140	181.601
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	170.140	181.601
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	52.529	53.359
2.02.02	Outras Obrigações	38.176	320
2.02.02.02	Outros	38.176	320
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	13.000	0
2.02.02.02.04	Depósitos Judiciais - Autuações INSS	322	320
2.02.02.02.05	Encargos Sociais Parcelados	24.854	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.778	3.689
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.778	3.689
2.02.04	Provisões	22.932	30.388
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.932	30.388
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	4.152
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.613	3.540
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	17.366	21.732
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	953	964
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	188.485	182.842
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	188.485	182.842
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	188.485	182.842
2.03	Patrimônio Líquido	356.370	393.757
2.03.01	Capital Social Realizado	408.097	408.097
2.03.02	Reservas de Capital	3.548	4.419
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.641	1.641
2.03.02.08	Doações e Subvenções	1.907	2.778
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-55.275	-18.759

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	143.182	280.965	149.978	296.059
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-102.168	-196.381	-92.078	-177.958
3.03	Resultado Bruto	41.014	84.584	57.900	118.101
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.421	-96.220	-43.932	-79.421
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.368	-24.642	-12.371	-24.155
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.712	-86.320	-46.811	-80.244
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.932	15.078	15.270	25.054
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-273	-336	-20	-76
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.407	-11.636	13.968	38.680
3.06	Resultado Financeiro	-13.340	-24.567	3.722	-701
3.06.01	Receitas Financeiras	4.814	8.702	13.591	18.790
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.154	-33.269	-9.869	-19.491
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.747	-36.203	17.690	37.979
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-542	-313	-3.014	-4.937
3.08.01	Corrente	0	-258	-1.452	-2.893
3.08.02	Diferido	-542	-55	-1.562	-2.044
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.289	-36.516	14.676	33.042
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.289	-36.516	14.676	33.042
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,04972	-0,08948	0,03596	0,08203
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,04972	-0,08948	0,03596	0,08203

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.289	-36.516	14.676	33.042
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.289	-36.516	14.676	33.042

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.175	58.663
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.435	93.954
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	-36.203	37.979
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	22.182	21.808
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	336	75
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	3.701	3.721
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosas	-2.671	-578
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	57	2.044
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	23.524	14.966
6.01.01.09	Encargos financeiros antecipados	570	570
6.01.01.11	Variações monetárias s/financiamentos	2.029	1.487
6.01.01.12	Provisões para contingências	-3.090	11.657
6.01.01.13	Variações monetárias s/Juros sobre capital próprio	0	225
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.740	-35.291
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	9.869	-7.014
6.01.02.02	Estoques	2.934	540
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	-4.792	-3.902
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	449	-5.874
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	92	-103
6.01.02.06	Juros pagos	-23.440	-14.527
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	39.422	-7.633
6.01.02.08	Depósitos Vinculados	1.206	3.222
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-58.085	-58.414
6.02.01	Compra de ativo imobilizado	-58.085	-58.414
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.933	10.430
6.03.01	Financiamentos obtidos	78.874	23.108
6.03.03	Pagamento de dividendos	0	-4.926
6.03.04	Amortização e financiamentos	-73.201	-20.360
6.03.05	Pagamento arrendamentos financeiros	-2.588	-2.198
6.03.07	Subvenções governamentais	4.848	14.806
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.977	10.679
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.591	9.514
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.614	20.193

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.097	4.419	0	-18.759	0	393.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.097	4.419	0	-18.759	0	393.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.516	0	-36.516
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.516	0	-36.516
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-871	0	0	0	-871
5.06.04	Doações e Subvenções	0	-871	0	0	0	-871
5.07	Saldos Finais	408.097	3.548	0	-55.275	0	356.370

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	397.507	4.458	10.551	0	0	412.516
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.507	4.458	10.551	0	0	412.516
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.042	0	33.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.042	0	33.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	10.590	-39	-10.551	-10.000	0	-10.000
5.06.04	Capitalização de Reservas	10.590	-39	-10.551	0	0	0
5.06.06	Juros de Capital Próprio/Dividendos Adicional a pagar	0	0	0	-10.000	0	-10.000
5.07	Saldos Finais	408.097	4.419	0	23.042	0	435.558

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	312.418	335.706
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	273.902	285.642
7.01.02	Outras Receitas	33.931	48.206
7.01.02.01	Prestação de Serviços	13.757	19.934
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	5.432	3.295
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	14.742	24.977
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.616	5.002
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.031	-3.144
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-107.988	-99.950
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.371	-54.726
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.431	-32.261
7.02.04	Outros	-13.186	-12.963
7.02.04.01	Materiais Químicos	-13.186	-12.963
7.03	Valor Adicionado Bruto	204.430	235.756
7.04	Retenções	-22.183	-21.807
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.183	-21.807
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	182.247	213.949
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.702	18.790
7.06.02	Receitas Financeiras	8.702	18.790
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.949	232.739
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.949	232.739
7.08.01	Pessoal	142.872	128.400
7.08.01.01	Remuneração Direta	104.203	93.736
7.08.01.02	Benefícios	7.779	27.920
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.890	6.744
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.670	43.756
7.08.02.01	Federais	39.691	40.485
7.08.02.02	Estaduais	1.449	1.668
7.08.02.03	Municipais	1.530	1.603
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.923	27.541
7.08.03.01	Juros	24.949	14.434
7.08.03.02	Aluguéis	8.653	8.050
7.08.03.03	Outras	8.321	5.057
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-36.516	33.042
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	10.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-36.516	23.042

Comentário do Desempenho**Comentário do Desempenho***Em milhares de Reais*

No 2º trimestre de 2015 a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 20.289, ante um lucro apurado no 2º trimestre de 2014 de R\$ 14.676. Os comentários a seguir, justificam o resultado auferido em relação ao mesmo período do ano anterior:

1. Receitas

1.1) A receita líquida de vendas e serviços registrou uma queda de 4,53% ou R\$ 6.796 no 2º trimestre de 2015, quando comparada ao mesmo período de 2014. As principais justificativas para o decréscimo foram as seguintes:

1.1.1) “Abastecimento de Água e Saneamento”: -R\$ 8.630, determinado pelos seguintes fatores:

- a) Redução de 9,51% no consumo de água pelas categorias residencial, pública, comercial e industrial;
- b) Queda de 4,01% da temperatura média no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior;
- c) Redução no preço médio faturado de R\$ 4,02/m³ para R\$ 3,75/m³, decorrente da migração de clientes para as faixas de menor volume de consumo.

1.1.2) “Prestação de serviços”: -R\$ 4.478, pela menor incidência dos repasses de obras de sistemas de água e esgoto de empreendedores, no montante de R\$ 3.403, aliado à queda observada no faturamento com obras externas no montante de R\$ 954;

Em contraposição foi registrada a seguinte movimentação de crescimento na receita líquida de vendas:

1.1.3) “Redes de água e esgoto”: +R\$ 2.567, pelo aumento do faturamento dos novos contratos de ligações de água e esgoto, com destaque para as ligações efetuadas nos bairros Parque dos Pomares e Parque das Universidades.

	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014	Var. R\$	Var. %	1º semestre de 2015	1º semestre de 2014	Var. R\$	Var. %
Receita bruta fiscal								
Abastecimento de água e saneamento	152.820	159.539	(6.719)	-4,21	298.958	313.943	(14.985)	-4,77
Prestação de serviços	4.851	9.329	(4.478)	-48,00	13.757	19.934	(6.177)	-30,99
Redes de água e esgoto	4.338	1.771	2.567	144,95	5.432	3.295	2.137	64,86
Total da receita bruta	162.009	170.639	(8.630)	-5,06	318.147	337.172	(19.025)	-5,64
Deduções								
Descontos, retificações e devoluções	(12.655)	(14.196)	(1.541)	-10,86	(25.056)	(28.301)	(3.245)	-11,47
Contribuições sobre vendas e serviços	(6.172)	(6.465)	(293)	-4,53	(12.126)	(12.812)	(686)	-5,35
Total das deduções	(18.827)	(20.661)	(1.834)	-8,88	(37.182)	(41.113)	(3.931)	-9,56
Total da Receita Líquida	143.182	149.978	(6.796)	-4,53	280.965	296.059	(15.094)	-5,10

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto em comparação trimestral e semestral, de acordo com a categoria de uso, em milhares de m³:

Categoria	2º trimestre de 2015			2º trimestre de 2014			Variação %		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial	16.479	14.022	30.501	18.150	15.143	33.293	-9,21	-7,40	-8,39
Pública	466	486	952	577	564	1.141	-19,19	-13,94	-16,59
Comercial	2.110	1.939	4.049	2.322	2.090	4.412	-9,11	-7,21	-8,21
Industrial	150	216	366	175	232	407	-14,49	-7,01	-10,22
Subtotal	19.205	16.663	35.868	21.224	18.029	39.253	-9,51	-7,58	-8,62
Exportada	253	-	253	-	-	-	-	-	-
Total	19.458	16.663	36.121	21.224	18.029	39.253	-8,32	-7,58	-7,98

Comentário do Desempenho

Categoria	1º semestre de 2015			1º semestre de 2014			Variação %		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial	33.213	28.136	61.349	37.968	31.582	69.550	-12,52	-10,91	-11,79
Pública	945	962	1.907	1.126	1.096	2.222	-16,07	-12,17	-14,15
Comercial	4.255	3.896	8.151	4.742	4.262	9.004	-10,27	-8,60	-9,48
Industrial	305	432	737	359	469	828	-15,26	-7,82	-11,05
Subtotal	38.718	33.426	72.144	44.195	37.409	81.604	-12,39	-10,65	-11,59
Exportada	253	-	253	-	-	-	-	-	-
Total	38.971	33.426	72.397	44.195	37.409	81.604	-11,82	-10,65	-11,28

2. Custos e despesas

2.1) Os custos e despesas assinalaram um aumento de 5,94% ou R\$ 8.988 no 2º trimestre de 2015, comparativamente ao 2º trimestre de 2014. Os principais eventos que justificam essa variação foram os seguintes:

2.1.1) “Salários e encargos”: +R\$ 11.201, pelos seguintes fatores:

- a) reajuste salarial de 8,36%, conforme Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, data-base de maio de 2015;
- b) revisão do plano de cargos e carreiras com aumento dos custos com mão de obra em 1,15%;
- c) reajuste dos benefícios de vale refeição e vale alimentação, a partir de julho de 2014, conforme Acordo Coletivo de Trabalho da categoria.

2.1.2) “Serviços terceirizados”: +R\$ 1.039 pelo aumento dos gastos com propaganda e publicidade, com destaque para as campanhas promovidas pela Companhia para o uso racional da água. Em contraposição, foi apontada uma queda dos gastos com manutenções de edifícios e instalações.

2.1.3) “Energia Elétrica”: +R\$ 4.483, motivado pelos seguintes eventos:

- a) adoção do novo sistema de bandeiras tarifárias para consumo de energia elétrica, a partir de 01 de janeiro de 2015;
- b) reajustes extraordinários da tarifa, conforme Resoluções da ANEEL.

2.1.4) “Outras contingências”: -R\$ 10.346, pelo reflexo da inclusão no 2º trimestre de 2014, do processo trabalhista ajuizado pelo SINDAE representando os funcionários, nº 0000978-96.2013.5.15.0092, no qual foi postulado o pagamento do reflexo das horas extras realizadas nos finais de semana e feriados no descanso semanal remunerado (DSR), conforme prevê o art. 7, Letra a, da Lei 6.005/1949, no montante de R\$ 10.743;

2.1.5) “Multas e encargos sociais e fiscais”: +R\$ 2.949, pelas multas calculadas sobre o PIS e a COFINS do período de competência de outubro de 2014 até maio de 2015 e sobre a Contribuição Previdenciária (parte empregador) do período de outubro de 2014 até março de 2015 e maio de 2015.

A composição dos custos e despesas, por natureza, é a seguinte:

Comentário do Desempenho



	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014	Var. R\$	Var. %	1º semestre de 2015	1º semestre de 2014	Var. R\$	Var. %
Salários e ordenados	90.095	78.894	11.201	14,20	170.902	151.776	19.126	12,60
Materiais de tratamento	6.203	6.259	(56)	-0,89	13.184	12.961	223	1,72
Materiais gerais	5.766	6.407	(641)	-10,00	12.099	11.965	134	1,12
Serviços terceirizados	22.867	21.828	1.039	4,76	45.423	41.628	3.795	9,12
Alugueis	3.352	3.102	250	8,06	6.928	5.998	930	15,51
Tributos	1.198	1.643	(445)	-27,08	2.199	2.625	-426	-16,23
Energia elétrica	11.106	6.623	4.483	67,69	18.899	13.119	5.780	44,06
Outras utilidades	489	396	93	23,48	948	832	116	13,94
Depreciações	11.378	10.946	432	3,95	22.182	21.808	374	1,71
Provisão devedores duvidosos	204	(220)	424	-192,73	-2.671	-578	-2.093	362,11
Perdas recebimento créditos	1.871	1.828	43	2,35	3.702	3.722	-20	-0,54
Processos julgados	896	485	411	84,74	1.990	1.676	314	18,74
Outras contingências	1.000	11.346	(10.346)	-91,19	1.405	11.962	-10.557	-88,25
Multas enc. sociais fiscais	2.965	16	2.949	18431,25	7.851	42	7.809	18.592,86
Despesas bancárias	843	740	103	13,92	1637	1481	156	10,53
Despesas ativadas	(2.918)	(2.475)	(443)	17,90	-5.614	-4.992	-622	12,46
Outros custos e despesas	2.933	3.442	(509)	-14,79	6.279	6.332	-53	-0,84
Total	160.248	151.260	8.988	5,94	307.343	282.357	24.986	8,85

3. Outras receitas e despesas

3.1) O grupo de “outras receitas (despesas) operacionais”, teve uma involução de 30,10% ou R\$ 4.591. Seguem abaixo os fatores que motivaram este resultado:

3.1.1) “Recuperação de perdas de credores duvidosos”: -R\$ 5.541, reflexo dos acordos efetuados com os hospitais, no segundo trimestre de 2014, de pagamento de dívidas de contas d’água e esgoto, que resultou na recuperação de R\$ 6.831;

Por outro lado, foi apontada a seguinte movimentação de aumento de receita:

3.1.2) “Reversão Benefícios Pós-emprego”: +R\$ 1.422, pela reversão da provisão de indenização por aposentadoria no montante de R\$ 6.032, em decorrência da suspensão de todos os efeitos do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), de 1º de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2016, conforme Acordo Coletivo de Trabalho data-base de 1º de maio de 2015. Em contraposição, no mesmo período do ano anterior, foi registrada uma reversão de R\$ 4.610, em virtude da desistência de 63 (sessenta e três) funcionários do PAI.

	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014	Var. R\$	Var. %	1º semestre de 2015	1º semestre de 2014	Var. R\$	Var. %
Outras receitas								
Reversão benefícios pós- emprego	6.032	4.610	1.422	30,85	6.032	9.549	(3.517)	-36,83
Recuperação de perdas	2.281	7.822	(5.541)	-70,84	3.652	9.263	(5.611)	-60,57
Subvenções governamentais	1.248	1.219	29	2,38	2.490	2.958	(468)	-15,82
Sem par conta corrente	650	523	127	24,28	1.095	1.052	43	4,09
Termos de autorização de uso	17	260	(243)	-93,46	246	512	(266)	-51,95
Multas contratuais	242	260	(18)	-6,92	539	582	(43)	-7,39
Outros	462	576	(114)	-19,79	1.024	1.138	(114)	-10,02
Total das outras receitas	10.932	15.270	(4.338)	-28,41	15.078	25.054	(9.976)	-39,82
Outras despesas								
Resultado na baixa de imobilizado	(273)	(20)	(253)	1.265,00	(336)	(76)	260	342,11
Totais das outras despesas	(273)	(20)	(253)	1.265,00	(336)	(76)	260	342,11
Total outras receitas e despesas	10.659	15.250	(4.591)	-30,10	14.742	24.978	(10.236)	-40,98

Comentário do Desempenho

4. Resultado financeiro

4.1) O resultado financeiro registrou um crescimento de 458,41% ou R\$ 17.062 em valores nominais. Seguem abaixo os principais fatores que determinaram este desempenho:

4.1.1) “Juros de mora sobre arrecadações” receita financeira: -R\$ 8.886, determinado principalmente, pelos acordos de pagamento de dívidas atrasadas de contas de água e esgoto junto aos hospitais, ocorridos no 2º trimestre de 2014;

4.1.2) “Juros Passivos”: -R\$ 4.570, decorrente dos novos empréstimos tomados para capital de giro após o segundo trimestre de 2014, além do aumento da taxa de CDI no período;

4.1.3) “Descontos concedidos” e “Variações monetárias de arrecadações”: -R\$ 1.994 e +R\$ 1.282, respectivamente, justificados pelo maior número de negociações de parcelamentos no 2º trimestre de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior;

4.1.4) “Juros – encargos sociais e fiscais”: -R\$ 1.292, pelos juros calculados sobre o PIS e a COFINS do período de competência de outubro de 2014 até maio de 2015 e sobre a Contribuição Previdenciária (parte empregador) do período de outubro de 2014 até março de 2015 e maio de 2015, conforme já comentado no subitem “3.3) - Multas e encargos sociais / fiscais”, além da atualização pela Selic das prestações do parcelamento do PIS, COFINS, Contribuição Previdenciária (parte empregador) e Contribuição Social.

	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014	Var. R\$	Var. %	1º semestre de 2015	1º semestre de 2014	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras								
Juros de mora sobre arrecadações	2.547	11.433	(8.886)	-77,72	4.484	15.066	(10.582)	-70,24
Var. monetárias de arrecadações	2.031	749	1.282	171,16	3.214	1.488	1.726	115,99
Rendimentos de aplicações	849	602	247	41,03	1.690	986	704	71,40
Variações monetárias ativas	2	427	(425)	-99,53	52	433	(381)	-87,99
Juros ativos	199	94	105	111,70	384	209	175	83,73
Descontos obtidos	-	-	-	-	1	-	1	-
Ajuste a valor presente	(861)	252	(1.113)	-441,67	(1.211)	539	(1.750)	-324,68
Outras	47	34	13	38,24	88	69	19	27,54
Totais das receitas financeiras	4.814	13.591	(8.777)	-64,58	8.702	18.790	(10.088)	-53,69
Despesas financeiras								
Juros passivos	(11.865)	(7.295)	4.570	62,65	(23.042)	(14.389)	8.653	60,14
Variações monetárias passivas	(1.719)	(1.339)	380	28,38	(2.684)	(1.759)	925	52,59
Juros – encargos sociais e fiscais	(1.292)	-	1.292	-	(1.907)	(27)	1.880	6.962,96
Descontos concedidos	(2.724)	(730)	1.994	273,15	(4.583)	(2.235)	2.348	105,06
Despesas de financiamento	(554)	(492)	62	12,60	(1.053)	(1.063)	(10)	-0,94
Enc. financeiros fornecedores	-	(13)	(13)	-100,00	-	(18)	(18)	-100,00
Totais das despesas financeiras	(18.154)	(9.869)	(8.285)	83,95	(33.269)	(19.491)	13.778	70,69
Total do Resultado Financeiro	(13.340)	3.722	(17.062)	-458,41	(24.567)	(701)	23.866	3.404,56

Comentário do Desempenho



5. Indicadores econômico-financeiros

Os números abaixo evidenciam a situação econômico-financeira da Sociedade no 2º trimestre de 2015:

Indicadores de liquidez e endividamento (*)	30/06/2015	31/12/2014	Var. %
Indicadores de liquidez			
Liquidez geral	0,23	0,30	-23,33%
Liquidez corrente	0,56	0,77	-27,27%
Liquidez seca	0,50	0,69	-27,54%
Liquidez imediata	0,03	0,11	-72,73%

Indicadores de endividamento			
Participação de capitais de terceiros	1,95	1,66	+17,47%
Composição do endividamento	0,32	0,31	+3,23%
Endividamento geral	0,66	0,62	+6,45%
Imobilização do patrimônio líquido	2,50	2,17	+15,21%
Imobilização de recursos não correntes	1,07	1,01	+5,94%

Indicadores de rentabilidade e lucratividade (*)	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014	Var. %	1º semestre de 2015	1º semestre de 2014	Var. %
Margem líquida	-14,17%	9,79%	-244,74	-13,00%	11,16%	-216,49
Giro do ativo	0,14	0,15	-6,67	0,27	0,30	-10,00
Rentabilidade do patrimônio líquido	-5,69%	3,37%	-268,84	-10,25%	7,59%	-235,05
Margem EBITDA (**)	3,47%	16,61%	-79,11	3,54%	20,43%	-82,67

(*) Os indicadores econômicos financeiros não foram revisados pelos auditores independentes

(**) LAJIDA: Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Estes indicadores possibilitam a análise dos resultados econômico-financeiros alcançados pela Administração da Companhia, a seguir comentados:

- Todos os índices de liquidez, lucratividade e rentabilidade registraram queda, em função da diminuição do faturamento, além do aumento do passivo não circulante em decorrência dos parcelamentos de tributos e encargos sociais.
- O crescimento de 17,47% no indicador “Participação de capitais de terceiros” se deve principalmente ao recuo apontado no patrimônio líquido resultante do prejuízo acumulado de R\$ 36.516.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais Período findo em 30 de Junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 14 de agosto de 2015.

2.2 Base de mensuração

As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Intermediárias de acordo com as normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

- Nota nº 19 – Provisões
- Nota nº 18 – Benefícios a empregados
- Nota nº 14 – Empréstimos e financiamentos
- Nota nº 12 – Ativo imobilizado

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

Notas Explicativas



A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo através do Resultado” que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 28.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Notas Explicativas

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Notas Explicativas



Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Plano de previdência privada complementar de contribuição definida; e
- Assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h.1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h.2) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

i) Redução ao valor recuperável – Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Notas Explicativas



Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável, em 30 de junho de 2015.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos tributos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, etc.

k3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Notas Explicativas



Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 646/10. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica no passivo.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, a partir do dia 11 de fevereiro de 2009, ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19 (d).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida

Notas Explicativas

média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Caixa e equivalente de caixa

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	1.181	4.386
Total	1.181	4.386

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

5. Aplicações financeiras

	30/06/2015	31/12/2014
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	6.433	17.205
Subtotal de aplicações financeiras circulantes	6.433	17.205
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	3.118	4.324
Subtotal de aplicações financeiras não circulantes	3.118	4.324
Total de aplicações financeiras	9.551	21.529

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 99,50% a 102,11% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

Notas Explicativas



6. Contas a receber e fornecimentos a faturar

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
Água e esgoto – consumidores	78.037	68.030
Água e esgoto – partes relacionadas	3.902	10.605
Fornecimentos a faturar	-	11.444
Contratos de prestação de serviços – consumidores	14.352	11.135
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	3.696	14.751
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	8.692	7.247
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	-	-
	108.679	123.212
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(12.004)	(11.692)
Provisão para devedores duvidosos	(3.658)	(6.329)
Ajustes a valor presente	(1.149)	(1.167)
	(16.811)	(19.188)
Saldo líquido de contas a receber Circulante	91.868	104.024
Não circulante		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	3.294	2.238
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	31	46
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	19.120	17.701
	22.445	19.985
Menos:		
Ajustes a valor presente	(1.780)	(550)
Saldo líquido de contas a receber Não Circulante	20.665	19.435
Total	112.533	123.459

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	30/06/2015	31/12/2014
Créditos a vencer	101.074	103.001
Créditos em atraso de 1 mês	11.861	14.673
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	2.546	7.503
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	2.342	5.098
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	3.515	3.601
Créditos em atraso acima de 12 meses	9.786	9.321
Subtotal	131.124	143.197
(-) Provisões	(15.662)	(18.021)
(-) Ajuste a valor presente	(2.929)	(1.717)
Total	112.533	123.459

A provisão para devedores duvidosos que totalizou em 30 de junho de 2015, R\$ 3.658 (R\$ 6.329 em 31 de dezembro de 2014), e a provisão para perdas no valor de R\$ 12.004 (R\$ 11.692 em 31 de dezembro de 2014), são registrados com base no histórico de perdas da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

Notas Explicativas



7. Estoques

	30/06/2015	31/12/2014
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	8.727	11.436
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.609	1.399
Materiais químicos	1.399	1.743
Materiais de expediente e consumo	800	693
Outros	665	863
Total	13.200	16.134

8. Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2015	31/12/2014
COFINS a compensar (a)	3.882	3.738
IRPJ e CSLL a recuperar (b)	4.132	3.907
Créditos COFINS	829	829
PASEP a compensar (a)	898	865
Créditos PASEP	180	180
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	154	142
Total	10.075	9.661
Circulante	5.295	5.059
Não Circulante	4.780	4.602

- a) Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 19 (c), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativo aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.
- b) Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior, e CSLL paga por estimativa durante o ano corrente.

9. Ativos fiscais diferidos reconhecidos

	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		30/06/2015	31/12/2014
Benefícios a empregados	17.366	1.563	2.203
Contingências trabalhistas	9.089	818	640
Contingências fiscais	-	-	374
Provisão para devedores duvidosos	3.658	329	570
Ajustes a valor presente	2.929	264	154
Contingências cíveis	953	86	87
Total		3.060	4.028

Notas Explicativas



10. Bancos – contas vinculadas

Contratos	Data	Obra	Previsão de resgate	30/06/2015	31/12/2014
PRODES-034/2002	13/12/2002	ETE Sousas	Julho/2015 a Maio/2018	2.050	3.315
150.167-62	07/01/2003	ETE Anhumas	Janeiro/2016	558	527
157.950-07	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	289	273
20/308.070-2	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	49	47
20/308.073-6	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	32	30
20/299.470-5	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Setembro/2021	140	132
Total				4.443	4.324
Circulante				-	-
Não Circulante				3.118	4.324

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta “Aplicações Financeiras” (nota explicativa nº 05).

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem uma obra em andamento vinculada a este programa:

Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas: A obra desta ETE foi totalmente concluída no terceiro trimestre de 2014 e opera continuamente, em todas as etapas de tratamento e em período integral. Como a ETE Sousas já está em operação, a Agência Nacional de Águas (ANA) iniciará seu processo de certificação, a partir de 01 de abril de 2015.

Em 12 de dezembro de 2014, foi assinada a ratificação do contrato PRODES 034/2002, visando atender as seguintes finalidades: a) alterar as metas de cargas poluidoras e de volume de esgoto tratado e b) revisão dos valores e o período de resgate (doze parcelas trimestrais iguais e sucessivas) a serem repassados pela ANA referentes ao empreendimento da ETE Sousas, de acordo com as novas condições para aporte de recursos financeiros. Estas alterações do contrato resultaram no resgate parcial de R\$ 1.455 pela ANA da aplicação no Fundo Caixa FIF ETE Sousas, destina à SANASA, adequando-a ao novo valor do contrato.

- **Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

11. Depósitos judiciais

	30/06/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais – processos cíveis	1.477	1.518
Depósitos recursais – FGTS	1.135	1.211
Autos de penhoras trabalhistas	1.775	1.808
Outros	350	346
Total	4.737	4.883

Notas Explicativas



12. Ativo imobilizado

	Terrenos e edifícios	Sistemas de água e esgoto	Veículos, máquinas e equip.	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias imóveis 3ºs	Bens em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	99.752	370.764	36.093	63.885	1.931	12.983	177.303	762.711
Adições	145	11.271	4.957	2.005	1.180	56	87.499	107.113
Alienações	(171)	(66)	(249)	(21)	(2)	-	-	(509)
Depreciação	(3.147)	(17.927)	(7.224)	(12.299)	(1.016)	(683)	-	(42.296)
Transferências	12.201	34.750	2.201	6.549	1.017	-	(56.718)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	108.780	398.792	35.778	60.119	3.110	12.356	208.084	827.019
Adições	128	2.654	2.499	678	47	-	49.754	55.760
Alienações	(166)	(2)	(108)	(5)	-	(56)	-	(337)
Depreciação	(1.730)	(9.574)	(3.264)	(5.115)	(476)	(341)	-	(20.500)
Transferências	3.680	11.755	-	609	3	-	(16.047)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.692	403.625	34.905	56.286	2.684	11.959	241.791	861.942

As vidas úteis estimadas para os exercícios de 2015 e 2014 são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações – Esgoto	25 anos
Edificações – Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água de 50 anos e das máquinas operatrizes de 10 anos foram revisadas conforme o pronunciamento CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permanecem com o tempo de vida útil de 25 anos.
- b) Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no 2º trimestre de 2015 foi de R\$ 38.569 (R\$ 22.752 no segundo trimestre de 2014). Desse montante, destacam-se as obras em andamento: a) Subadutora São Bernardo / Distrito Industrial e implantação de reservatório; b) Sistema de esgotamento sanitário Capivari II, lote 2; c) Sistema de esgotamento Sanitário da Região do Viracopos; d) Coletor de esgoto no Jardim Monte Líbano; d) Troca de redes e ligações de água, no Bairro de Nova Campinas e Jardim Paulistano; e) Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) San Martin.
- c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos

Notas Explicativas

como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir, indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

- d) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto à CAIXA com juros de 6,5% a 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

	30/06/2015	30/06/2014
Banco / Obras		
CAIXA – ETE Sousas	-	159
Unibanco – Sistema Joaquim Egídio	-	7
CAIXA – Sistema Anhumas Trecho Santa Cândida	32	63
Total	32	229

13. Ativos intangíveis

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2014	17.117	6.170	23.287
Aquisições	2.162	4.134	6.296
Amortização	(754)	(302)	(1.056)
Alienações	-	(390)	(390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	18.525	9.612	28.137
Aquisições	55	2.269	2.324
Amortização	(1.485)	(197)	(1.682)
Alienações	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2015	17.095	11.684	28.779

14. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2015	31/12/2014
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	98.001	80.005
Passivos de arrendamento financeiro	1.614	1.551
Total no passivo circulante	99.615	81.556
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	170.140	181.601
Passivos de arrendamento financeiro	52.529	53.359
Total no passivo não circulante	222.669	234.960
Total de Empréstimos e financiamentos	322.284	316.516

Notas Explicativas



Instituições financeiras	Vencimento final	Encargos	Valor contábil	
			30/06/2015	31/12/2014
Financiamentos				
CAIXA - Pro-saneamento	2022	Variação da UPR mais 6,5% a.a., mais taxa de risco de 1,5% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	26.661	29.897
CAIXA - Saneamento para todos	2036	Juros de 6% a.a. mais taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,5% a.a.	28.610	4.467
Total de financiamentos			55.271	34.364
Finames				
Banco Fibra	2016	Variação da TJLP mais juros de 7,0% a 10% a.a.	91	141
Banco Sofisa	2015	Variação da TJLP mais juros de 6,9% a 8,5 a.a.	-	36
CAIXA	2020	Remuneração BNDES de 0,8% a.a. a 4,5% a.a. e Remuneração CAIXA de 1,5% a.a. a 1,7% a.a.	8.863	10.115
Total de finames			8.954	10.292
Empréstimos				
Credit Suisse	2018	Variação da CDI mais 0,347% a.m. ou 4,25% a.a.	82.509	91.556
CAIXA	2018	Variação da CDI mais 0,33% a.m. ou 3,66% a.a.	30.032	34.410
Banco Paraná	2018	Variação da CDI mais 0,45% a.m. ou 5,53% a.a.	24.469	25.034
Banco Daycoval	2019	Variação da CDI mais 0,67% a.m. ou 8,34% a.a.	24.357	24.620
Banco Pan	2017	Variação da CDI mais 0,58% a.m. ou 7,25% a.a.	15.215	15.197
Banco Santander	2015	Variação da CDI mais 0,49% a.m. ou 6,04% a.a.	15.000	15.141
Banco Sofisa	2018	Variação da CDI mais 0,67% a.m. ou 8,34% a.a.	15.863	15.092
Subtotal de empréstimos			207.445	221.050
(-) Encargos antecipados			(3.529)	(4.100)
Total de empréstimos			203.916	216.950
Total de financiamentos, finame e empréstimos			268.141	261.606
Arrendamentos financeiros				
Odebrecht Ambiental Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m.	54.143	54.884
Banco Safra	2016	Juros de 4,5% a.a.	-	26
Total de arrendamentos financeiros			54.143	54.910
Total de financiamentos, finame, empréstimos e arrendamentos			322.284	316.516
Circulante			99.615	81.556
Não Circulante			222.669	234.960

Notas Explicativas

	30/06/2015		31/12/2014	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Saldo no início do exercício	81.556	234.960	41.385	203.556
Desembolsos	15.028	63.847	15.000	82.564
Juros	23.524	-	33.100	-
Atualizações monetárias	1.795	232	3.201	340
Transferências	76.942	(76.942)	52.637	(52.637)
Encargos Financeiros	-	-	-	(734)
Transferência encargos financeiros	(572)	572	(1.871)	1.871
Realização encargos financeiros	572	-	1.869	-
Amortizações	(99.230)	-	(63.765)	-
Saldo no final do exercício	99.615	222.669	81.556	234.960

Em 30 de junho de 2015, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos	Total
Financiamentos	6.262	4.709	4.876	4.922	4.972	29.530	55.271
Empréstimos	81.461	37.791	37.788	34.102	12.150	624	203.916
Finame	2.778	1.736	1.736	1.468	800	436	8.954
Total	90.501	44.236	44.400	40.492	17.922	30.590	268.141

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até 1 ano	1.614	9.804	11.418	-	-	-
De 1 a 5 anos	11.480	45.608	57.088	1.527	9.655	11.182
Acima de 5 anos	41.049	53.146	94.195	10.250	45.219	55.469
Total	54.143	108.558	162.701	43.893	58.724	102.617

a) Financiamentos

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto.

No dia 30 de dezembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos, no montante de R\$ 71.947, sendo que já foi desembolsado pela Companhia, até junho de 2015, o total de R\$ 28.395. Este recurso será destinado à melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes.

b) Financiamentos FINAME

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroescavadeiras).

Notas Explicativas



c) Empréstimos

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

A Companhia firmou os seguintes contratos de empréstimos bancários, que possuem *Covenants*:

c.1) Contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A, firmados em 21 de julho de 2010, no montante de R\$ 100.000

- i. A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser superior a 3,50x (três vírgula cinco);
- ii. A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser inferior a 2,00x (dois);
- iii. A relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emitente não poderá ser superior a 1,30x (um vírgula três); e
- iv. A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,80x (zero vírgula oito).

c.2) Contrato de empréstimo, firmado junto à Caixa Econômica Federal, no dia 19 de novembro de 2012, no montante de R\$ 35.000

- i. Infringência de qualquer obrigação contratual, desde que não sanada no prazo de 15 (quinze) dias;
- ii. Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, superiores a R\$ 100.000 em nome da creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos administrativamente e/ou judicialmente;
- iii. O valor total das duplicatas apresentadas à CAIXA for inferior a 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal; e
- iv. Verificação a qualquer tempo de que as atividades da Creditada geram danos ao meio ambiente, desde que a questão, no âmbito administrativo ou judicial, tenha transitado em julgado para a creditada no sentido de que efetivamente ocorreu o descumprimento da legislação ambiental.

c.3) Contrato de empréstimo junto ao Banco Pan S.A., firmado em 4 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 15.000

- i. A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,80x (zero vírgula oito), verificados trimestralmente com base em balancetes trimestrais e anualmente com base em balanços anuais; e
- ii. A dívida bruta máxima consolidada da Emitente de R\$ 230.000, a ser verificada através de Sistema de Informações de Créditos do Banco Central, excluindo as dívidas categorizadas como "Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento", "Financiamentos – Aquisição de Bens Outros Bens" e "Financiamentos – Outros Financiamentos".

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não atendeu às seguintes cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos: **a)** itens (a), (b) e (d) relativos aos contratos do Banco Credit Suisse Brasil S.A. e **b)** item (a) do contrato firmado com o Banco Pan S.A. Vale ressaltar que a Companhia recebeu carta de *waiver* do Banco Credit Suisse Brasil S.A. concordando formalmente em não exigir o pagamento antecipado. Com relação ao Banco Pan S.A., foi reclassificada para o passivo circulante a parcela do passivo não circulante no montante de R\$ 7.500, considerando que até a data de aprovação destas demonstrações financeiras os credores não haviam emitido formalmente a carta de consentimento (*waiver*).

Os encargos financeiros correspondem: a) Aos serviços de coordenação e estruturação prestados pelo credor da operação ofertada, Banco *Credit Suisse* Brasil S.A., no montante de R\$ 9.133; e b) A taxa de customização de operação de crédito do contrato de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no total de R\$ 70 e c) A Taxa de Abertura de Crédito (TAC) do contrato de empréstimo junto ao Banco Paraná, na soma de R\$ 8. Esses valores são transferidos proporcionalmente para o resultado, mensalmente, durante toda a vigência contratual.

d) Arrendamentos Mercantis Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Odebrecht Ambiental Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo

Notas Explicativas



imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597. Em 30 de junho de 2015, o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 45.519 (R\$ 47.628 em 2014).

15. Títulos a pagar

Em 07/03/1991, mediante Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, a SANASA adquiriu um terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, doado à Entidade pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, destinado à construção de sua nova sede social.

Através do item 4 do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, foi convencionado o preço certo de Cr\$ 500.000.000,00, sendo: 1) Cr\$ 480.000.000,00, em dinheiro; e 2) fornecimento de água tratada aos próprios da Irmandade/Hospital Irmãos Penteado pelo prazo de 30 anos, a contar da data da escritura.

Até 31/12/2001, a Administração da SANASA contabilizava os valores pagos a título de aquisição desse imóvel como adiantamento para futura imobilização, incluindo além dos valores pagos em dinheiro (1991 a 1992), os fornecimentos de água / coleta de esgoto do Hospital Irmãos Penteado, referentes ao período de maio de 1989 a dezembro de 2001.

A partir de 01/01/2002, adotou-se a seguinte mudança no tratamento contábil, tendo em vista a decisão transitada em julgado: o saldo atualizado desses valores, no montante de R\$ 5.119, correspondente ao período acima citado, foi transferido para a conta definitiva de Terrenos (Ativo Imobilizado), sendo considerado mais do que suficiente para servir como base de valor para esse imóvel.

Em seguida, foi registrado o passivo de R\$ 12.622, resultado da multiplicação de 230 meses restantes, até fevereiro de 2021, pelo consumo/mês fixado, conforme contrato em 4.000 m³ e pela tarifa média de dezembro de 2001 em R\$ 13,72. Esse valor refere-se ao custo financeiro da aquisição do terreno, como uma variação monetária atrelada à tarifa da água, no decorrer do período de 1991 a 2001.

Em 07/03/2014, foi firmado um novo instrumento particular de promessa condicional de venda e compra entre a SANASA e a Irmandade de Misericórdia de Campinas, em substituição ao Termo nº 1.426/91. Com o novo termo, a SANASA passou a fornecer 2.000 m³ (dois mil metros cúbicos) de água por mês num período de 12 meses (de 01/03/2014 até 28/02/2015), totalizando 24.000 m³ (vinte e quatro mil metros cúbicos). Também pagou o valor relativo ao crédito de 314.000 m³ (trezentos e quatorze mil metros cúbicos) restantes que a Irmandade de Misericórdia de Campinas tinha direito em relação ao contrato nº 1.426/91, no montante de R\$ 3.203 (considerando o valor do metro cúbico pela SANASA, em 31/12/2013, de 17,04 m³), já descontado o valor de R\$ 2.148, relativo à dívida do Hospital pelo excesso de consumo de 4.000 m³ estabelecido no contrato anterior.

No 1º trimestre de 2015, encerrou o instrumento particular de promessa condicional de venda e compra entre a SANASA e a Irmandade de Misericórdia de Campinas, com o último fornecimento de 2.000 m³ (dois mil metros cúbicos) de água ao hospital.

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo de títulos a pagar	-	146
Circulante	-	146
Não Circulante	-	-

16. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos do 2º trimestre de 2015, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem dos serviços de fornecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como o pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a PMC estão detalhados abaixo:

Notas Explicativas



	30/06/2015		31/12/2014	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Créditos SANASA (nota explicativa nº 6)				
Fornecimento de água e esgoto	3.902	-	8.312	-
Prestação de serviços	3.696	31	14.004	9.281
Parcelamento de débito	-	-	21	-
Total	7.598	31	22.337	9.281

Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou em 30 de junho de 2015, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 9.485 (R\$ 20.170 em 31 de dezembro de 2014). Com outros serviços prestados à PMC, a SANASA faturou R\$ 9 (R\$ 209 em 31 de dezembro de 2014).

	30/06/2015		31/12/2014	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Créditos PMC				
FUNDAP	482	-	465	-
ISSQN	216	-	456	-
Total	698	-	921	-

No segundo trimestre de 2015, a Companhia pagou remuneração total aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de R\$ 102 (R\$ 101 no segundo trimestre de 2014) e à Diretoria o montante de R\$ 786 (R\$ 687 no segundo trimestre de 2014), que se referem a benefícios a empregados de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 182 (R\$ 165 no segundo trimestre de 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios pós-emprego de previdência privada e outros benefícios, tais como: assistência médica e seguro de vida para seus Diretores, no total de R\$ 36 (R\$ 32 no segundo trimestre de 2014).

17. Salários e Encargos Sociais

	30/06/2015	31/12/2014
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	112	230
Provisão para férias	25.419	23.764
Décimo terceiro salário	9.922	-
Subtotal	35.453	23.994
Obrigações sociais		
INSS	10.088	16.894
INSS parcelado (a)	31.481	-
FGTS	1.227	1.704
Subtotal	42.796	18.598
Total	78.249	42.592
Circulante	53.395	42.592
Não Circulante	24.854	-

a) Refere-se ao parcelamento da Contribuição Previdenciária (parte empregador) do período de competência de outubro de 2014 até março de 2015, para pagamento em 60 prestações mensais atualizadas pela SELIC.

Notas Explicativas



18. Benefícios a empregados

	30/06/2015	31/12/2014
Participações no resultado	2.670	9.219
Previdência privada	764	703
Provisão de benefícios pós-emprego	17.366	24.482
Total	20.800	34.404
Circulante	3.434	12.672
Não Circulante	17.366	21.732

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida. O Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão. De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia ofereceu aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE.

Em 30 de junho de 2015, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	30/06/2015	31/12/2014
Custo do serviço passado		
Valor do custo do serviço passado (com juros)	(34.505)	(33.874)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	10.806	11.706
Passivo reconhecido	(23.699)	(22.168)
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	(246)	(231)
Variação do passivo no exercício	(1.530)	(2.879)
Contribuições da patrocinadora pagas no período	1.514	2.864
Passivo líquido	(262)	(246)
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	2.840	5.802
Serviço passado amortizado	1.531	2.879
Total da despesa reconhecida no resultado	4.371	8.681
Saldo do balanço		
Plano de previdência complementar	502	457
Plano de previdência serviço passado	262	246
Total	764	703

b) Outros benefícios pós-emprego

b1) Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)

A Companhia suspendeu todos os efeitos do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), de 1º de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2016, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) data-base de maio de 2015. Com isso, foi efetuado um lançamento contábil de reversão da provisão para indenização por aposentadoria no montante de R\$ 6.032 referentes a 70 empregados cujo benefício foi

Notas Explicativas

suspendido. A partir de janeiro de 2017, os empregados inscritos no PAI ora suspenso, bem como outros empregados que tiverem interesse em se desligar da empresa até abril de 2017, deverão fazer nova adesão até 31 de janeiro de 2017, para terem direito ao benefício.

b2) Assistência médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses. A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R\$ 17.366 (R\$ 17.348 em 2014).

A Companhia adota a norma do CPC 33 (R1) - Plano de Benefícios a Empregados, para os benefícios de Indenização por aposentadoria e Assistência médica.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas. O montante dessa participação registrado no passivo, em 30 de junho de 2015, foi de R\$ 2.670 (R\$ 9.219 em 2014).

19. Provisões

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	9.089	(4.476)	4.613	7.107	(3.567)	3.540
Fiscal	-	-	-	4.152	-	4.152
Cíveis	953	-	953	964	-	964
Total	10.042	(4.476)	5.566	12.223	(3.567)	8.656

19.1 Processos trabalhistas

Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 10.042 é composto por: a) 67 processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 3.880 e b) 120 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 5.209. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 298 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 16.116.

19.2 Processo fiscal

Refere-se à provisão da CSLL do período de 2001 a 2005, reportada na nota explicativa 19, letra b.

Notas Explicativas



19.3 Processos cíveis

Os casos mais frequentes são os de restabelecimento de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 31 processos no total de R\$ 953. Não foram contabilizadas provisões de 411 processos no montante de R\$ 49.632 por não representarem chances prováveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências, encerrado no 2º trimestre de 2015, tem a seguinte composição:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo inicial	954	7.107	-	1.108	5.662	-
Adição à provisão	-	2.486	-	-	13.532	4.152
Utilização	(1)	(504)	-	(144)	(12.087)	-
Saldo final	953	9.089	-	964	7.107	4.152

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxitos, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

19.4 Processos tributários e previdenciários

a) Processos administrativos fiscais e previdenciários

Após a fiscalização ocorrida em 2007, foram emitidos Autos de Infração nas quais apontaram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 13.250. A SANASA vem manejando, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

b) Processo administrativo de compensação de IRPJ e CSLL

Após fiscalização sobre a base de cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda para o período de 2001 a 2005 e posteriormente para o ano de 2006, foram emitidos Autos de Infração, no montante de R\$ 12.985. A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos até última instância, obtendo êxito na anulação parcial dos Autos de Infração. Dessa forma, o valor atualizado de R\$ 4.231 à título de Contribuição Social vem sendo pago através do parcelamento nº 10.830.722.073/2015-21 junto à Receita Federal do Brasil (RFB), e os valores referente ao IRPJ estão sendo questionados judicialmente, nos termos do item b.1).

b.1) Processo Judicial de compensação de IRPJ e CSLL

Em 26/03/15 foi ajuizada ação anulatória de débito fiscal requerendo a suspensão da exigibilidade do crédito relativo ao IRPJ no valor original de R\$ 7.365 em razão da imunidade tributária vigente, tendo sido deferida a liminar em 31/03/15.

c) Processo administrativo de compensação de PIS e COFINS

Através do recebimento de 11 Termos de Intimações Fiscais, considerando “não declaradas” as compensações declaradas por Dcomp, a SANASA foi autuada em R\$ 10.391, mais multa isolada de R\$ 8.228. A autuação foi motivada pela divergência de posicionamento sobre as compensações dos valores a maior de PIS e COFINS calculados e recolhidos pelo método da não cumulatividade, quando o método correto do cálculo seria o da cumulatividade, devido após o reconhecimento da imunidade tributária federal. A multa isolada está em processo de impugnação.

c.1) Processo Judicial de compensação de PIS e COFINS

A SANASA, em 24/07/2014, impetrou um Mandado de Segurança com pedido de liminar requerendo a concessão da inexigibilidade da cobrança, bem como o direito em recorrer administrativamente, o que lhe fora tolhido razoado pelo procedimento administrativo fiscal ao qual a RFB aplicou 11 autuações à SANASA, mencionados no item “c”. Em 06/08/2014 foi indeferida a liminar, e em 14/08/2014 foi interposto Agravo de Instrumento contra a decisão de indeferimento da liminar.

Notas Explicativas



Em 14/10/2014 foi concedida a liminar pelo TRF3, sendo a RFB oficiada da decisão em 16/10/2014. Porém, em 14/01/2015 foi proferida sentença denegando a segurança pleiteada e em 28/01/2015 a SANASA recorreu da decisão através do recurso de apelação, o qual após concessão de liminar na Medida Cautelar dirigida ao TRF foi atribuído o efeito suspensivo ao recurso de apelação, suspendendo a exigibilidade do crédito até julgamento do recurso em 2ª Instância.

d) Processo da Imunidade Tributária

d.1) Federal

No dia 11/02/2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.048892-3, em trâmite perante o egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região. Com isto a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29/01/2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido da Companhia, reconhecendo-se a imunidade tributária e condenando a Receita Federal à restituição das quantias pagas indevidamente. Em 19/04/2010 a União Interpôs Recurso de Apelação, que se encontra pendente de julgamento no egrégio TRF da 3ª região, permanecendo válidos os efeitos da Tutela Antecipada anteriormente acolhidos.

Em junho de 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de IRPJ referentes ao ano-calendário 2009 e 2010, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

d.2) Estadual

A SANASA ingressou com medida judicial requerendo a Imunidade Estadual e em 07/11/2013 o mesmo foi julgado procedente sendo declarada a Imunidade Estadual do IPVA, bem como a restituição dos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Entretanto, o Estado recorreu da decisão, o qual se encontra pendente de julgamento.

d.3) Municipal

Foi requerido perante a Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da imunidade de impostos municipais, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15/05/2010, ficando a SANASA imune aos referidos impostos.

e) Processo Judicial do Fator Acidentário de Prevenção (FAP)

Considerando as alterações trazidas pelo Decreto nº. 6.957/2009, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para deixar de recolher o FAP, requerendo ainda, a restituição/compensação dos valores pagos nos anos de 2010 e 2011. Inicialmente foi deferida em parte a medida liminar para que na apuração do FAP sejam excluídas as Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), sendo que, posteriormente foi denegada a segurança em 1ª Instância. A SANASA recorreu da decisão e o processo se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento do recurso de apelação.

f) Processo Judicial das Verbas Indenizatórias

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para que seja declarada a inexistência das contribuições previdenciárias, Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e contribuições devidas a terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) 13º salário; e e) 1/3 de férias. Em 10/06/2013, houve sentença concedendo a segurança em parte. Todavia, em 06/08/14, o Tribunal anulou a sentença de 1ª Instância devido a necessidade de incluir os Terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE, etc.) no polo passivo da ação. Após tentativa da União de extinguir o processo, a SANASA apresentou Manifestação, acolhida em 28/10/2014. O processo foi remetido à Vara de Campinas, tendo a SANASA requerido a citação dos terceiros.

g) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica

Notas Explicativas



Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida, requerendo a exclusão da base de cálculo, bem como a restituição dos últimos 5 anos. A probabilidade de perda é remota em razão da matéria estar pacificada no STJ. Em 08/01/2013 o Juiz acolheu o pedido de tutela antecipada, sendo que, em 22/01/2015 o processo foi julgado procedente, declarando a ilegalidade e inexigibilidade do ICMS sobre demanda de energia contratada, bem como a devolução do indébito no valor de R\$ 186, corrigidos e com juros de 0,5% a partir do efetivo recolhimento após o trânsito em julgado da ação. O Estado recorreu da decisão, sendo que, os efeitos da sentença permanecem vigentes.

h) Processo Judicial do INSS sobre fatura de Cooperativas de Trabalho

Considerando a declaração de inconstitucionalidade pelo STF do art. 22, inciso IV da Lei nº. 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, que previa a exigência de contribuição social à alíquota de 15% sobre 30% da fatura de serviços da cooperativa médica Unimed Campinas, em 26/06/2014 a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para a obtenção de referido benefício fiscal, bem como da repetição do indébito dos últimos 5 anos da propositura da ação no montante de R\$ 2.034. Em 24/10/2014 foi Concedida a segurança em decisão de sentença de 1º grau, afastando a exigibilidade da cobrança, bem como a repetição do indébito dos últimos 5 anos, sendo a RFB oficiada da decisão em 30/10/2014 e contestou a decisão, que permanece vigente.

i) Processo Judicial do Adicional de 10% sobre o FGTS:

Considerando o entendimento de esgotamento da finalidade que justificou a instituição da Contribuição Social Geral do art. 1º da LC nº 110/2001 Em 24/10/14 a SANASA ajuizou ação judicial com o intuito de liminarmente suspenda a exigibilidade do recolhimento da contribuição, e ao final se declare a inexigibilidade do recolhimento da contribuição. Em 10/11/2014 a ação foi julgada improcedente, sendo que, em 19/11/2014 a SANASA recorreu da decisão o qual será julgado pelo TRF3.

19.5 Processos cíveis

j) Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios

Em 21/02/2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28/04/2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21/05/2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05/08/2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 562, considerando que a margem líquida da ECT foi de 2,2% em 2013, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus.

k) Processo cível de ação de cobrança

Em 13/09/1999 a empresa Jafet Tommasi Sayeg Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. propôs em face da SANASA ação de cobrança (Processo Judicial Cível nº 114.01.1999.028866-7, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas) pretendendo o seguinte: cobrança do custo de tonelagem de estrutura metálica por alteração de projeto; cobrança do custo de mobilização por prorrogação da obra; cobrança da correção monetária dos atrasos de pagamentos e cobrança do reajuste contratual de valores faturados. O valor inicial dado à causa foi de R\$ 624. A SANASA contestou a ação, e por fim a ação foi julgada improcedente em 19/12/2001. Em seguida, a Jafet apelou para o Tribunal de Justiça que invalidou a sentença e determinou prova pericial em 05/05/2006. Após a perícia houve nova sentença e em 13/03/2012 a ação foi julgada novamente improcedente. Em 19/10/2012 foi recebida apelação da Jafet pleiteando a reforma da sentença, com o objetivo de receber a soma de R\$ 7.644, data base outubro de 2010. A seguir, a SANASA foi intimada a apresentar contrarrazões ao recurso, o que já foi realizado. Após recebimento das contrarrazões, o

Notas Explicativas



processo será remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo para apreciação do recurso. O subscritor da presente entende que há 50% de possibilidade de sucesso, diante de duas decisões favoráveis à SANASA. No dia 26/02/2013 o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso de apelação.

I) Ambientais

Ação de Execução de Obrigação de Fazer, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Senhor Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana, objetivando compelir a SANASA a realizar obras dos sistemas de tratamento de esgotos em Campinas, representado pela provisão de multa diária de 0,001% ao dia sobre o valor da Ação de Execução, em R\$ 130. Este processo deixou de ser provisionado em virtude de que a SANASA vem cumprindo o acordo celebrado nos autos da ação de execução de fazer.

20. Receita diferida – subvenções governamentais

A Companhia obteve da União, no segundo trimestre de 2015, recursos no montante de R\$ 4.798 (R\$ 1.411 no segundo trimestre de 2014) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. As liberações desses recursos estão atreladas à aprovação das medições das obras pela Caixa Econômica Federal. Já do Governo do Estado (Secretaria do Meio Ambiente), a Companhia obteve recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) o valor de R\$ 248 (R\$ 1.448 no segundo trimestre de 2014). A Companhia contou também com recursos do Governo do Estado, oriundos do Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas (REÁGUA) no montante de R\$ 252. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

Obra	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	30/06/2015	31/12/2014	
Programa de Aceleração do Crescimento			
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II (2º módulo)	75.000	72.750	Junho de 2015
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II	49.035	50.911	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Região de Viracopos	23.212	20.556	Maio de 2015
Sistema de Esgoto - Parque Oziel	7.301	7.536	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Taubaté	3.010	3.010	Junho de 2016
Total Programa de Aceleração do Crescimento	157.558	154.763	
Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)			
Sistema de Água - Região de Viracopos	3.739	3.780	Obra encerrada
Total Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)	3.739	3.780	
Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)			
Estação de Tratamento de Lodo - ETA's III e IV	2.755	2.755	Julho de 2015
Troca de Redes de Água - Vila Joaquim Inácio	2.538	2.560	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - San Martim	2.889	2.499	Agosto de 2015
Troca de Redes de Água - Liceu / Chapadão	2.006	2.027	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Cruzeiro / Jardim Leonor	1.640	1.657	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Castelo Branco	1.608	1.626	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Cândida	1.364	1.398	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim das Oliveiras	1.865	1.161	Abril de 2015
Troca de Redes de Água – Vila Paraíso	385	-	
Troca de Redes de Água - Jardim Flamboyant	90	-	
Total Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)	17.140	15.683	
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)			
Estação de Tratamento de Esgoto - Barão Geraldo	1.560	1.633	Obra encerrada
Total Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	1.560	1.633	
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)			
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara	2.216	2.265	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Proença	2.188	2.211	Obra encerrada

Notas Explicativas



Obra	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	30/06/2015	31/12/2014	
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão	2.110	2.131	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2	2.478	1.805	Julho de 2015
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras	1.016	1.041	Obra encerrada
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta	243	250	Obra encerrada
Total Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	10.251	9.703	
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA			
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1	1.172	1.182	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1	1.001	767	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2	1.057	248	
Total Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	3.230	2.197	
Total Geral	193.478	187.759	
Circulante	4.993	4.917	
Não Circulante	188.485	182.842	

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, proporcionalmente ao período de depreciação desses investimentos. No 2º trimestre de 2015 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 1.248 (R\$ 2.219 no 2º trimestre de 2014) a título de Receitas de Subvenções.

21. Capital social e reservas

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 408.097.448 ações ordinárias, sem valor nominal, em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014.

Acionista	Quantidade de ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	408.063.386	99,991653600%
COHAB	6.811	0,001669000%
EMDEC	6.811	0,001669000%
SETEC	6.811	0,001669000%
Lauro Pércles Gonçalves	6.811	0,001669000%
Ozair Rizzo	6.811	0,001669000%
Hamilton Bernardes Junior	1	0,000000200%
Arly de Lara Romão	1	0,000000200%
Pedro Cláudio da Silva	1	0,000000200%
Silvio Roberto Bernardin	1	0,000000200%
Ivan Ney Passos Lima	1	0,000000200%
Wanderley de Almeida	1	0,000000200%
Fernando Felipe Franco	1	0,000000200%
Total	408.097.448	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no segundo trimestre de 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o segundo trimestre de 2014, conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas



	Básico e Diluído			
	2º trimestre de 2015	30/06/2015	2º trimestre de 2014	30/06/2014
Lucro líquido do exercício	(20.289)	(36.516)	14.676	33.042
Média ponderada de ações (mil ações)	408.097	408.097	408.097	402.802
Lucro por ação	(0,04972)	0,08948	0,03596	0,08203

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurada em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

22. Receita operacional bruta

	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014
Receita bruta fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	152.820	159.539
Prestação de serviços	4.851	9.329
Redes de água e esgoto	4.338	1.771
Total	162.009	170.639
Descontos, retificações e devoluções	(12.655)	(14.196)
Contribuições sobre vendas e serviços	(6.172)	(6.465)
Total da receita líquida de vendas e serviços	143.182	149.978

23. Resultado financeiro

	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014
Receitas financeiras		
Juros de mora sobre arrecadações	2.547	11.433
Variações monetárias de arrecadações	2.031	749
Rendimentos de aplicações financeiras	849	602
Variações monetárias ativas	2	427
Juros ativos	199	94
Descontos obtidos	-	-
Ajuste a valor presente	(861)	252
Outras	47	34
Totais das receitas financeiras	4.814	13.591
Despesas financeiras		
Juros passivos	(11.865)	(7.295)
Variações monetárias passivas	(1.719)	(1.339)
Juros – encargos sociais e fiscais	(1.292)	-
Descontos concedidos	(2.724)	(730)
Despesas de financiamento	(554)	(492)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	-	(13)
Totais das despesas financeiras	(18.154)	(9.869)
Total do resultado financeiro	(13.340)	3.722

Notas Explicativas



24. Outras receitas e despesas

	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014
Outras receitas		
Reversão benefícios pós- emprego (a)	6.032	4.610
Recuperação de perdas de credores duvidosos	2.281	7.822
Subvenções governamentais	1.248	1.219
Sem par conta corrente	650	523
Termos de autorização de uso	17	260
Multas contratuais	242	260
Outros	462	576
Totais das outras receitas	10.932	15.270
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(273)	(20)
Totais das outras despesas	(273)	(20)
Total das outras receitas e despesas	10.659	15.250

a) Pela suspensão do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), através do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, data-base de maio de 2015.

25. Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2015	31/12/2014
Obrigações fiscais Federais		
Imposto de renda (a)	4.620	4.620
Cofins	7.114	6.936
Pasep	1.542	1.504
Imposto de renda retido na fonte	3.224	4.355
Contribuição social diferida	2.778	3.689
Imposto de Renda parcelado	227	-
Contribuição social parcelado (b)	3.492	-
Cofins parcelado (c)	10.486	-
PIS parcelado (c)	2.272	-
Outros	250	296
Total das obrigações fiscais Federais	36.005	21.400
Obrigações fiscais Estaduais		
ICMS a recolher	2	-
Total das obrigações fiscais Estaduais	2	-
Obrigações fiscais Municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	215	456
FUNDAP	482	465
ISS	1	-
Total das obrigações fiscais Municipais	698	921
Total das Obrigações Fiscais	36.705	22.321
Circulante	20.927	18.632
Não circulante	15.778	3.689

Notas Explicativas

- a) *Imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.*
- b) *Refere-se ao parcelamento da Contribuição Social alusiva ao processo administrativo de compensação citado na nota explicativa nº 19 (b).*
- c) *Refere-se ao parcelamento do PIS e da COFINS do período de competência de outubro de 2014 até março de 2015, para pagamento em 60 prestações mensais, atualizadas pela SELIC.*

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos períodos do segundo trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2014 estão apresentados a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	(36.203)	37.979
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal	3.258	(3.418)
Parcela do lucro realizado com órgãos públicos	-	(2.507)
Doações e despesas indedutíveis	(225)	(176)
Arrendamento mercantil	(126)	
Reserva especial realizada	(1)	(2)
Subvenções governamentais	224	266
Juros de capital próprio	-	900
Base de cálculo negativa	(3.185)	-
Contribuição social - receita (despesa) efetiva	(55)	(4.937)
Alíquota Efetiva	0,15%	-13,00%
Contribuição social corrente	-	(2.893)
Contribuição social diferida	(55)	(2.044)

26. Passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		30/06/2015	31/12/2014
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	26.796	2.413	2.172
Parcela do lucro não realizado – órgãos públicos	4.043	365	1.517
Total		2.778	3.689

27. Cobertura de seguros

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

Notas Explicativas



28. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	30 de Junho de 2015			Total
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.181	-	-	1.181
Aplicações financeiras	9.551	-	-	9.551
Contas a receber de clientes	-	112.533	-	112.533
Passivo				
Financiamentos	-	-	268.141	268.141
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	54.143	54.143
Fornecedores	-	-	32.703	32.703
Total	10.732	112.533	354.987	478.252

	31 de Dezembro de 2014			Total
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Ativos				
Caixa e equivalentes	4.386	-	-	4.386
Aplicações financeiras	21.529	-	-	21.529
Contas a receber de clientes	-	123.459	-	123.459
Passivo				
Financiamentos	-	-	261.606	261.606
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	54.910	54.910
Fornecedores	-	-	37.350	37.350
Total	25.915	123.459	353.866	503.240

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia, valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Notas Explicativas



- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30 de Junho de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.181	-	1.181
Aplicações financeiras	-	9.551	-	9.551
Total	-	10.732	-	10.732

	31 de Dezembro de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	4.386	-	4.386
Aplicações financeiras	-	21.529	-	21.529
Total	-	25.915	-	25.915

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R\$ 112.533 em 30 de junho de 2015 e R\$ 123.459 em 31 de dezembro de 2014 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 6. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 30 de junho de 2015, é de R\$ 15.662 (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 42,9% e b) na categoria comercial com os hospitais em 13,7%) representando 12,2% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2014, esta provisão era de R\$ 18.021, equivalentes a 12,7%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

b) Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

O quadro abaixo representa o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
Financiamentos	6.262	4.709	4.876	4.922	4.972	29.530
Empréstimos	81.461	37.791	37.788	34.102	12.150	624
Finame	2.778	1.736	1.736	1.468	800	436
Total	90.501	44.236	44.400	40.492	17.922	30.590

Notas Explicativas



c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

28.2 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A SANASA está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

a) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas:

Instrumentos financeiros	Exposição	Risco	Taxa efetiva 30/06/2015	Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos	14.829	Var. CCB/CDI	13,57	13,57	2.012	16,96	2.515	20,35	3.017
Passivos	(55.271)	Var. TR	2,20	2,20	(1.260)	2,75	(1.565)	3,30	(1.870)
Passivos	-	Var. INPC	9,31	9,31	-	11,64	-	13,97	-
Passivos	(91)	Var. TJLP	2,20	6,00	(6)	7,50	(7)	9,00	(8)
Passivos	(207.446)	Var. CDI	13,57	13,57	(28.263)	16,96	(35.306)	20,35	(42.343)
Passivos	(8.863)	Sem risco	2,51	2,51	(226)	3,14	(282)	3,77	(338)
Total	(256.841)				(27.743)		(34.645)		(41.542)

b) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas:

Instrumentos financeiros	Exposição	Risco	Taxa efetiva 30/06/2015	Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos	14.829	Var. CCB/CDI	13,57	13,57	2.012	10,18	1.510	6,78	1.005
Passivos	(55.271)	Var. TR	2,20	2,20	(1.260)	1,65	(957)	1,10	(653)
Passivos	-	Var. INPC	9,31	9,31	-	6,99	-	4,66	-
Passivos	(91)	Var. TJLP	2,20	6,00	(6)	4,50	(4)	3,00	(3)
Passivos	(207.446)	Var. CDI	13,57	13,57	(28.263)	10,18	(21.234)	6,78	(14.170)
Passivos	(8.863)	Sem risco	2,51	2,51	(226)	1,88	(169)	1,26	(117)
Total	(256.841)				(27.743)		(20.854)		(13.938)

Fonte:

CDI / INPC – Banco Central do Brasil

TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

Notas Explicativas



29. Eventos subsequentes

No dia 17 de julho de 2015 a Companhia tornou pública a Resolução da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ) nº 93, de 16 de Julho de 2015, que dispõe sobre o reajuste extraordinário de 15% (quinze por cento) dos valores das Tarifas de Água e Esgoto a serem aplicados no Município de Campinas a partir de 17 de agosto de 2015.

No dia 27 de julho de 2015, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ingressou com ação judicial (medida cautelar) que foi distribuída ao magistrado da 10ª Vara Cível, o qual proferiu liminar determinando à SANASA que: a) Se abstenha de implementar o reajuste programado, autorizado pela Resolução nº 93 de julho de 2015, da ARES-PCJ, sob pena de pagar multa consistente no pagamento do dobro do acréscimo atualizado, para cada consumidor atingido; e b) Exiba, no prazo de cinco dias, cópias dos documentos que justificaram a revisão tarifária impugnada, bem como o lucro da empresa no exercício de 2014.

Em 31 de julho de 2015, a Companhia recorreu da decisão através de Agravo de Instrumento, e no dia 12 de agosto de 2015 a 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cassou a decisão liminar recorrida, autorizando o aumento do valor das tarifas, nos termos da Resolução ARES-PCJ nº 93, editada em 16 de julho de 2015.

Notas Explicativas



Conselho de Administração

Hamilton Bernardes Junior
Presidente do Conselho

Arly de Lara Romêo
Conselheiro

Pedro Cláudio da Silva
Conselheiro

Silvio Roberto Bernardin
Conselheiro

Wanderley de Almeida
Conselheiro

Ivan Ney Passos Lima
Conselheiro

Fernando Felipe Franco
Conselheiro

Diretoria Executiva

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Paulo Jorge Zeraik
Diretor Administrativo

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Controladoria

Antonio Moreira Franco Junior
Gerente de Controladoria
CRC 1SP219088/O-3

Jean Carlos Pereira
Contador
CRC 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

São Paulo, 14 de agosto de 2015.

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
ROGÉRIO WECH ADRIANO
Contador CRC/RS 045525/O-3 'T' SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Informações Trimestrais que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2015 e seu comparativo com o período de 30 de junho de 2014, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audilink & Cia Auditores. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 14 de agosto de 2015, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do trimestre, o Conselho Fiscal entende que tais documentos estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade.

Campinas, 14 de agosto de 2015.

LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA

WILLIAM RONDINI

CELSO LAPA VETTORI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e consolidada com a Instrução CVM nº 520, de 16 de abril de 2012, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 30 de junho de 2015, e seu comparativo com o período de 30 de junho de 2014, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Campinas, 14 de agosto de 2015.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Paulo Jorge Zeraik
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, consolidada com a Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Audilink & Cia Auditores, relativamente às Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 30 de junho de 2015.

Campinas, 14 de agosto de 2015.

Arly de Lara Romão
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Paulo Jorge Zeraik
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores